

**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO****COMARCA DE SÃO CARLOS****FORO DE SÃO CARLOS****4ª VARA CÍVEL****RUA SORBONE 375, São Carlos - SP - CEP 13560-760****Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min****SENTENÇA**

Processo Digital nº: **1002854-76.2015.8.26.0566**
 Classe - Assunto: **Falência de Empresários, Sociedades Empresariais, Microempresas e Empresas de Pequeno Porte - Autofalência**
 Requerente: **Eduma Indústria Mecânica Ltda Epp**

Juiz(a) de Direito: Dr(a). **Alex Ricardo dos Santos Tavares**

A autora Eduma Indústria Mecânica Ltda. EPP propôs a presente ação requerendo sua autofalência, nos termos do artigo 105 da Lei 11.101/2005, informando que a empresa se encontra em situação econômica difícil, o que lhe impede de saldar os seus débitos e, no intuito de evitar maiores prejuízos aos credores, uma vez que entende inviável a superação de sua crise econômico-financeira, tendo experimentado prejuízo ao longo dos últimos anos e se depreendendo com um cenário econômico extremamente desfavorável e com tendência de piora. Desejando que todos os credores recebam o rateio na mesma proporção e, desse modo, pretende a declaração de sua falência.

O Ministério Público manifestou-se a folhas 78.

Relatei. Decido.

A petição inicial veio acompanhada dos documentos descritos no artigo 105 da Lei 11.101/2005.

Pela análise dos documentos carreados pela autora, verifico que ela se encontra em crise econômico-financeira, não atendendo aos requisitos para pleitear sua recuperação judicial.

**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO****COMARCA DE SÃO CARLOS****FORO DE SÃO CARLOS****4ª VARA CÍVEL****RUA SORBONE 375, São Carlos - SP - CEP 13560-760****Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min**

O prosseguimento de suas atividades empresariais levaria a um aumento considerável da dívida, havendo fortes indícios de que a autora não teria condições de saldá-las a médio ou longo prazo.

Os documentos colacionados pela autora, em especial a consulta de inscrição em dívida ativa junto à Procuradoria Geral da Fazenda Nacional (**confira folhas 79/133**) são suficientes para o decreto de falência da autora, o que está de acordo com o artigo 94, II, da Lei de Falência.

Desse modo, a prova da impontualidade restou demonstrada, o que caracteriza a insolvência jurídica, para fins de falência.

Diante do exposto, acolho o pedido, resolvendo o mérito, nos termos do artigo 269, I, do Código de Processo Civil, para o fim de declarar a falência da empresa Eduma Indústria Mecânica Ltda. – EPP, com fundamento no artigo 94, inciso II, da Lei 11.101/05 e fixando o termo legal de quebra (30/03/2015), ocasião em que a ação foi proposta.

Fixo o prazo de 15 dias para as habilitações de crédito, observado o disposto no parágrafo 1º, do artigo 7º, da Lei 11.101/2005.

Declaro, assim, aberta a falência da ré, na data de 14 de abril de 2015, às 14 horas e 05 minutos.

Determino à falida que apresente no prazo de cinco dias, a relação nominal de credores, indicando endereço, importância, natureza e classificação dos respectivos créditos, sob pena de desobediência, na forma do inciso III, do artigo 99 da Lei 11.101/2005.

Determino a suspensão de todas as ações ou execuções contra a falida com as ressalvas das hipóteses previstas nos parágrafos 1º e 2º do artigo 6º, da Lei 11.101/05.

**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO****COMARCA DE SÃO CARLOS****FORO DE SÃO CARLOS****4ª VARA CÍVEL****RUA SORBONE 375, São Carlos - SP - CEP 13560-760****Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min**

Fica proibida a prática de qualquer ato de disposição ou oneração de bens da falida, que ficam submetidas preliminarmente a autorização judicial.

Oficie-se ao Registro de Público e empresas para que proceda a anotação da falência no registro de devedor, devendo constar a expressão falido, a data da decretação da falência e a inabilitação que trata o artigo 102 da Lei 11.101/05.

Oficie-se aos Cartórios de Registro de Imóveis da Comarca, Ciretran da Comarca, ao Cartório Distribuidor Local, às agências bancárias com sede na Comarca, para que informem a existência de bens e direitos em nome da falida.

Providencie-se, por dois oficiais de justiça, o arrolamento provisório de todos os bens a serem arrecadados.

Intime-se a Falida para que, no prazo de 48 horas, na pessoa de seus sócios, compareça em cartório a fim de cumprir o disposto no artigo 104 da Lei 11.101/05, bem assim exhibir em igual prazo todos os livros comerciais da empresa e obrigatórios.

Nomeio a empresa **Adjuntos Ltda. – ME**, na pessoa de seu representante, para o cargo de administrador judicial, que deverá ser intimada para, no prazo de 24 horas, prestar compromisso e assumir as funções de atinentes ao cargo, na forma do inciso III, do artigo 22, da Lei 11.101/05.

Expeça-se edital na forma do parágrafo único do artigo 99, da Lei 11.101/05.

Dê-se vista ao Ministério Público.

P.R.I.C.



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO CARLOS
FORO DE SÃO CARLOS
4ª VARA CÍVEL
RUA SORBONE 375, São Carlos - SP - CEP 13560-760
Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min

São Carlos, 14 de abril de 2015.

Juiz Alex Ricardo dos Santos Tavares

**DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE NOS TERMOS DA LEI 11.419/2006,
CONFORME IMPRESSÃO À MARGEM DIREITA**